

continuação >>>

(f) Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 04/2020 foi apresentado para deliberação a distribuição de dividendos, considerando a proposta pela diretoria executiva de retenção de dividendos em reserva especial para amortização dos prejuízos em exercícios subsequentes devido a pandemia pelo novo Coronavírus (Covid-19). O valor proposto de R\$ 301.099,25 (trezentos e um mil e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), corresponde ao montante devido em ações Ordinárias Nominativas. Após processo de exame, deliberação e votação, foi aprovada por unanimidade de votos a retenção dos dividendos. O cálculo dos dividendos está demonstrado no quadro a seguir:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include Lucro/prejuízo líquido do exercício, Reserva legal, and Saldo.

Dividendos estatutários mínimos 25% 0,00 373.748,51

13. Recotas diferidas: O saldo das recotas diferidas está demonstrado a seguir:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include Receita Feira Fimec, Receita Feira Loucura por Sapatos - LOI, etc.

14. Provisões para contingências: A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e civis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais existentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis no desfecho das ações em curso, como segue:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include Natureza, Saldo 31/12/19, Adições, e Saldo 31/12/20.

Table with 3 columns: 2019, 2020, and 2019. Rows include Natureza, Saldo 31/12/18, Adições, e Saldo 31/12/19.

A Companhia é demandada em vários processos tributários, civis e trabalhistas em fase administrativa e judicial. Na avaliação dos assessores jurídicos, as demandas que têm como prognóstico a possibilidade de risco de perda possível, podem ser estimadas em aproximadamente R\$ 3.774.052,47 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 4.193.255,99 em 2019). Em relação aos processos administrativos tributários, ressaltamos que a grande maioria das demandas são discussões relacionadas a compensação de IR e CSSL, geradas em processos de compensações datadas desde 2005.

15. Imposto de renda e CSSL diferidos: O saldo de imposto de renda e CSSL diferidos está demonstrado a seguir:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include IR/CSLL sobre reavaliação, IR/CSLL sobre ajuste avaliação patrimonial.

16. Patrimônio líquido: 16.a Capital Social: O capital social autorizado, totalmente integralizado e de R\$ 7.790.894,47 (sete milhões, setecentos e noventa mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sete centavos), em 31 de dezembro de 2020 e 2019, constituído por 2.781 ações ordinárias, 294 ações preferenciais classe "A", 246 ações preferenciais classe "B" e 131 ações preferenciais classe "C", todas nominativas e sem valor nominal. Legal: A importância apropriada na reserva legal é determinada a alíquota de 5% do lucro líquido do exercício. 16.b Reserva de Capital: A reserva de capital é constituída por valores acumulados ao resultado do capital social. 16.d Reserva de Reavaliação: A reserva de reavaliação é constituída em decorrência das reavaliações dos bens do Ativo Imobilizado. 16.e Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste de avaliação patrimonial é constituído em decorrência da recomposição dos bens do Ativo Imobilizado. 16.f Reservas de retenção de dividendos: A reserva de retenção de dividendos foi constituída através da decisão favorável da Assembleia Geral Ordinária em 04/2020 de retenção de dividendos em reserva especial para amortização dos prejuízos em exercícios subsequentes devido a pandemia pelo novo Coronavírus (Covid-19). O valor retido foi de R\$ 301.099,25 (trezentos e um mil e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos), correspondente ao montante devido em ações Ordinárias Nominativas. 16.g Reservas de Lucros: A reserva de lucros é formada pelo lucros acumulados dos exercícios, compensados pelos prejuízos acumulados diminuído da reserva legal e 95% dos dividendos obrigatórios.

17. Resultado líquido por ação: O cálculo do resultado líquido por ação está demonstrado a seguir:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include Resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, Quantidade média de ações emitidas, Resultado líquido por ação - em R\$.

18. Receita operacional líquida: A receita operacional líquida está demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include Receita bruta de serviços e locação, Impostos sobre a venda.

19. Custos dos serviços prestados: Os custos dos serviços prestados estão demonstrados a seguir:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include Despesas de pessoal, Serviços prestados por terceiros, Energia Elétrica, Seguros, etc.

20. Despesas comerciais: As despesas comerciais estão demonstradas a seguir:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include Propaganda e publicidade, Comissões sobre vendas.

21. Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas estão demonstradas a seguir:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include Despesas de pessoal, Alimentação e Conselhos, Honorários Assessoria Jurídica e Auditoria, etc.

22. Resultado financeiro: O resultado financeiro está demonstrado a seguir:

Table with 3 columns: 2020, 2019, and 2020. Rows include Receitas financeiras, Juros recebidos de clientes, Receitas de aplicações financeiras, etc.

23. Imposto de renda e contribuição social - corrente: O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (Mil) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

24. Cobertura de seguros: A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventualidades com sinistros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

25. Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não tinha qualquer contrato de troca de índices ou que envolvesse operações com derivativos.

26. Eventos subsequentes - fato relevante: Em dezembro de 2020 foi celebrada Cédula de Crédito Bancário junto ao Badesul Desenvolvimento S/A, com recursos oriundos do Fungitur. O valor contratado é de R\$ 3.582.240,00 e foi aprovado com a apresentação do projeto do novo pavilhão receptivo, que está sendo construído desde meados de 2020. Estes recursos tornaram-se necessários devido aos impactos econômicos da pandemia mundial da Covid-19. O empréstimo tem carência de 24 meses e prazo de 120 meses, sendo que os encargos já serão exigíveis dentro deste período. No ano de 2020 ainda não havia sido recebida a primeira parcela do empréstimo, o que ocorrerá no ano de 2021.

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA: Marcelo Davi Jung - Diretor Presidente, CPF: 480.601.600-44; Raquel Faria Sales - Contadora, CRC/RJ 076721/0 - O, CPF: 005.850.190-88.

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da FENAC S.A. FEIRAS E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, nos termos do artigo 142 da Lei 6404/76, tendo em vista o Parecer Jurídico referente ao exercício social de 2020, em 31 de dezembro de 2020, ante os esclarecimentos prestados pelos Diretores e considerando o relatório dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, aprova por unanimidade os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Empresa.

Novo Hamburgo, 25 de fevereiro de 2021. Edgar Luiz Fedrizzi Filho, Gerson Bervanger, Heitor Klein, José Fernando Bello, Marcelo Kehl, Marlos Davi Schmidt, Hercy Ayres Rodrigues Filho, José Cácio Auler Bortolini, Mirna Fensterseifer, Paulo Ricardo Griebeler, Neli Hord da Silva, Etevaldo Zilli, Cesar Luiz Muller.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da FENAC S.A. FEIRAS E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, tendo examinado o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, nos termos dos incisos II e VII do artigo 163 da Lei 6404/76, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e com base nesses exames, nas verificações periódicas realizadas nos balancetes e no relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que o citado relatório e as Demonstrações Financeiras atendem às disposições estatutárias e legais, merecendo aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Novo Hamburgo, 24 de fevereiro de 2021. Delmar José Sehn; Hélio Nunes de Oliveira; Maria Inês Urdapilleta; Márcio André Arnold; Clóvis Bondan.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Fenac S/A Feiras e Empreendimentos Turísticos - Novo Hamburgo - RS: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Fenac S/A Feiras e Empreendimentos Turísticos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fenac S/A Feiras e Empreendimentos Turísticos em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras em conformidade com as normas contábeis aplicáveis e a legislação societária e de controle interno, no âmbito da nossa atuação. Nossa responsabilidade não abrange o Relatório de Autodivulgação de Informações sobre o Exercício Social. A administração da Companhia é responsável por assegurar a integridade e a confiabilidade das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor. Relatório de Administração: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados que emitimos relatório datado em 10 de fevereiro de 2020, que não contém nenhuma modificação.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar suas operações e, quando aplicável, quanto aos assuntos de incertezas sobre a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados que emitimos relatório datado em 10 de fevereiro de 2020, que não contém nenhuma modificação.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar suas operações e, quando aplicável, quanto aos assuntos de incertezas sobre a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados que emitimos relatório datado em 10 de fevereiro de 2020, que não contém nenhuma modificação.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar a decisão de usuários razoáveis das decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, incluindo a avaliação de riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que, no caso de fraude, os envolvidos podem envolver o ato de burlar os controles internos, omitir ou representar informações falsas intencionalmente. * Obtenhamos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a adequação das estimativas contábeis e reservas e a adequação das divulgações contábeis. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Novo Hamburgo - RS, 08 de fevereiro de 2021. Luermann Schneider Auditores Associados S/S - CRC/RS 4574; Tânia Maria Lauerman Schneider, Contadora - CRC/RS 42725; Vinicius Schneider, Contador CRC/RS 81737.

GRUPO EDITORIAL SINOS S.A. CNPJ nº 91.665.570/0001-56 | NIRE 43 3 00002608 AVISO AOS ACIONISTAS Comunicamos aos Acionistas da GRUPO EDITORIAL SINOS S.A. ("Companhia") que os documentos e informações a que refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.), pertencentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, encontram-se à sua disposição na sede da Companhia, localizada na Rua Jornal NH, nº 99, Bairro Ideau, Novo Hamburgo/RS, CEP 93.334-350. Novo Hamburgo, RS, 25 de março de 2021. Alfredo Eufrazio Bilo - Presidente do Conselho de Administração

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL REGISTRO DE IMÓVEIS DE GRAVATAÍ EDITAL DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL Roberto Goerl, 1º Substituto do Registro de Imóveis de Gravataí, no uso de suas atribuições FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou ouvirem conhecimento, que encontra-se autuado sob protocolo nº 367.251, Livro 1-AS em 23/12/2020 neste Registro de Imóveis, requerimento firmado por LUIS RICARDO GOMES, autônomo, inscrita no CPF nº 298.641.940-20 e sua esposa ELIANE PACHECO GOMES, bancária, inscrita no CPF nº 379.639.290-34, ambos brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens em 23 de novembro de 1984, residentes e domiciliados na Travessa Amélia Fonseca, nº 17, bairro Várzea, nesta cidade, o qual busca o reconhecimento da propriedade através de Usucapião Extrajudicial, na espécie Extraordinário, nos termos do artigo 1.238 do Código Civil Brasileiro, com o tempo total da posse superior a 29 anos, do seguinte imóvel: Uma residência térrea com edícula ao fundo, ambas em alvenaria com a área total de 200,66m², localizada na Rua Amélia Fonseca Gomes, nº 17, nesta cidade e o respectivo terreno urbano, constituído do lote 03 da quadra "C" do loteamento Amélia Fonseca Gomes, com a área superficial de 330,00m², com as seguintes medidas e confrontações: de frente a Sudeste medindo 11,00m com a Rua Amélia Fonseca Gomes, lado ímpar, nos fundos ao Noroeste com 11,00 m de largura entesta com o lote 5, propriedade de Ivan Evaldt Scharidms, dividindo-se por um lado, ao Leste, com extensão de 30,00m da frente ao fundo com o lote 4, ocupado por Alcila Pereira da Silva e pelo outro lado, ao Oeste, com extensão de 30,00m da frente ao fundo com o lote 02, ocupado por Jaime Valia da Silva. Formando um polígono com 82,00m de perímetro. Distante 12,00m da esquina com a Rua Acácio Gomes. Quarteirão: Ruas Amélia Fonseca Gomes, Acácio Gomes, Benjamin Constant, Nossa Senhora dos Anjos, Anápio Gomes, Timóteo da Silveira Fonseca, Avenida Centenário e Travessa José Gomes. Diante do exposto ficam intimados terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos em relação ao pedido, apresentando impugnação perante este Ofício, circunstanciando sua discordância dentro do prazo de quinze (15) dias a contar da publicação deste Edital. Findo o prazo sem contestação, implicará anulação do pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião. Gravataí, 23 de março de 2021. Roberto Goerl 1º Substituto Rua Coronel Vicente, 33 - Centro - Fone: (51) 3488-3874 - CEP: 94.020-030 - Gravataí/RS e-mail: rigoerl@gmail.com

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IGREJINHA RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2021 LEANDRO MARCIANO HÖRLE, Prefeito Municipal, Matrícula nº 10.530, ratifica a Dispensa de Licitação nº 035/2021, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 035/2021, para aquisição emergencial de óleos e lubrificantes para uso em máquinas, e veículos da administração municipal. Os produtos serão fornecidos pelas empresas: Comércio de Combustíveis Noveiro, CNPJ 95.425.369/0030-97, Valor R\$ 8.044,00, e Kit Lub Distribuidora de Lubrificantes CNPJ 24.939.622/0001-54, Valor R\$ 2739,00. Município de Igrejinha, 23/03/2021. Leandro Marciano Hörle, Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Prefeitura Municipal de Dois Irmãos AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL N.º 12/2021 O Município de Dois Irmãos torna público que realizará Pregão Eletrônico n.º 12/2021. Objeto: Aquisição de livros para Praça CEU. Abertura dia 12/04/2021, às 9 horas. O edital encontra-se no site do Município e no www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações, pelo fone (51) 3564-8800. Dois Irmãos, 26/03/2021. JERRI ADRIANI MENEGETTI - Prefeito Municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IGREJINHA PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 027/2021 Comunicamos aos interessados, que encontra-se aberto o seguinte processo: Edital de Licitação nº 027/2021 com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de construção para uso de diversas Secretarias do Município, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item em separado. A sessão pública será realizada no site no dia 08/04/2021, com início às 13:00hs, devendo as propostas serem apresentadas até às 12:59 do mesmo dia. Cópia do Edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, através do Site www.portaldecompraspublicas.com.br ou http://www.igrejinha.rs.gov.br. Igrejinha, 25/03/2021. Leandro Marciano Hörle, Prefeito Municipal.

1ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP. 1º Ofício Cível. EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo 20 dias. Proc. 1004081-11.2018.8.26.0582. O Doutor Paulo Sérgio Mangerona, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Santos/SP faz saber a ANDREA SOARES CAPELLARI - EPP CNPJ nº 26.020.608/0001-71, que MULTI COMPANY COMÉRCIO E SERVIÇOS - EIRELI - EPP ajuizou uma ação objetivando a condenação da requerida ao pagamento de Indenização por Danos materiais no importe de R\$ 8.370,00 (oito mil trezentos e setenta reais), com juros e correção monetária desde a data do desembolso, a condenação da requerida ao pagamento de indenização por Danos Morais no importe de R\$ 28.110,00 (vinte e oito mil cento e dez reais), condenação da requerida ao pagamento de Lucros cessantes no importe de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), como descrito na inicial. Encontrando-se a requerida em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir após o prazo supra, venha oferecer contestação, sob pena de revelia, nesse caso sendo nomeado curador especial (art. 257, inc. IV do NCP), sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Cachoeirinha, 26 de março de 2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE IGREJINHA PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 027/2021 Comunicamos aos interessados, que encontra-se aberto o seguinte processo: Edital de Licitação nº 027/2021 com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de construção para uso de diversas Secretarias do Município, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço por item em separado. A sessão pública será realizada no site no dia 08/04/2021, com início às 13:00hs, devendo as propostas serem apresentadas até às 12:59 do mesmo dia. Cópia do Edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, através do Site www.portaldecompraspublicas.com.br ou http://www.igrejinha.rs.gov.br. Igrejinha, 25/03/2021. Leandro Marciano Hörle, Prefeito Municipal.

ANUNCIE publicidadealegal@gruposinos.com.br GRUPO SINOS 51 3065-8023